

1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

O controle acionário da Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que atualmente detém 46,09% do capital social da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC (75,7%) e Franklin Mutual Advisers LLC (24,3%), com sede em Delaware, Estados Unidos.

Adicionalmente, o capital social da Companhia é composto pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos e por outros acionistas individuais que atualmente detém 17,80% e 36,11% respectivamente.

Situação Financeira

Em 2017, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 25,2%, quando comparado com o ano de 2016, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2017, apresentou uma recuperação de 10,8% quando comparado com o ano anterior.

A Companhia foi nomeada em novos projetos para fabricação de peças injetadas para veículos junto a seus atuais clientes, bem como naquelas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, dos quais alguns ainda se encontram em fase de desenvolvimento, e outros já tiveram sua produção iniciada.

A Companhia continua tomando medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação da Companhia, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina, corte de benefícios e redução no número de colaboradores (cerca de 1.100 colaboradores entre dezembro 2015 e dezembro 2017). Em função destas medidas de redução de custos, houve uma recuperação no lucro bruto e EBITDA verificado em 2017 em relação a 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 557.437 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 257.324.

Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no período corrente e no período comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 769.009.

A Companhia possui contratos bancários vencidos e, em 2017, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 71.008 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”). Para esses contratos vencidos, a Companhia vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito.

Diante das negociações em andamento e do claro esforço da Companhia para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte da Companhia, expectativa de que ocorra qualquer execução, em especial, por que, conforme fato relevante publicado em 30 de maio de 2017, a Companhia celebrou, no dia 24 de maio de 2017, um Contrato *Standstill*, por intermédio do qual teve início um processo de renegociação do endividamento bancário da Companhia junto aos principais bancos credores. O Contrato *Standstill* teve o prazo de vigência inicial de 60 dias, tendo sido prorrogado por 30 dias adicionais. Atualmente, as partes envolvidas continuam em processo de renegociação e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não há qualquer risco de não renovação do acordo ou execução da dívida.

A Companhia contratou, às suas expensas, uma consultoria especializada - dentre opções indicadas pelos bancos credores - a qual está concluindo uma completa análise da situação econômica e financeira da Empresa e, ao final do trabalho, emitirá um parecer conclusivo sobre um plano concreto de recuperação do endividamento bancário, a ser apresentado e devidamente validado junto aos bancos credores e executado pela Companhia.

Além disso, a Companhia continua conduzindo os trabalhos relacionados à busca de um novo investidor privado, com vistas a viabilizar um processo de capitalização da Empresa. A Companhia estuda ainda outras alternativas para continuar o processo de saneamento da posição financeira e aumento das fontes de caixa como o contínuo aumento de suas operações em indústrias que apresentam maiores margens.

A administração da Companhia revisou as projeções considerando os novos projetos para fabricação de peças injetadas e estima uma recuperação no volume de vendas em torno de 22,1% em 2018 se comparado com 2017.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2018 aponta para um aumento de 13,2%.

Adicionalmente, a Companhia formalizou o parcelamento de seus débitos tributários vencidos através da adesão aos programas de recuperação tributária divulgados em âmbito Estadual e Federal (Nota 22).

A Companhia celebrou contratos de empréstimos com a Fiat, a título de adiantamento em função da forte retração do mercado atual e escassez de crédito. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo destes adiantamentos é de R\$ 77.897 (Nota 15).

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 30 de janeiro de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

(b) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as demonstrações contábeis da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 99,89% em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de *hedge*.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

2.10 Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por

impairment são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando aplicável for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações

em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como

agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.20 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.21 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

2.22 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.23 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

Norma:	IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.
Vigência:	1º de janeiro de 2018.
Principais pontos introduzidos pela norma:	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não na demonstração do resultado do período.
Impactos da adoção:	<p>A administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comprado com os princípios do IAS 39.</p> <p>Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado.</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.</p>

Norma:	IFRS 15 – Receita de contratos com clientes.
Vigência:	1º de janeiro de 2018.
Principais pontos introduzidos pela norma:	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.
Impactos da adoção:	<p>A administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.</p> <p>Os impactos observados estão relacionados ao ambiente de controle da Companhia, sendo necessária a revisão de documentos internos e a criação e/ ou alteração de procedimentos e controles, como o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.</p>

Norma:	IFRS 16 – Leases
Vigência:	1º de janeiro de 2019.
Principais pontos introduzidos pela norma:	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/ CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um “direito de uso de um ativo” para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção:	A avaliação da Companhia de todos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis

mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)), como demonstrado na Nota 12.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber de clientes (Nota 6)	4.872	5.375
Fornecedores	(636)	(2.766)
Exposição líquida	<u>4.236</u>	<u>2.609</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do período (1)		
	Cenário I Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Passivo financeiro			
CDI	6,79%	8,49%	10,18%
Empréstimos e financiamentos	(58.412)	(63.195)	(67.943)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2017.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais (“OEM”) e reposição/concessionárias (“DSH”), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 377 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 87) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Consolidado				
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017					
Empréstimos e financiamentos	267.493	32.462	70.726	282	370.963
Fornecedores	48.928	2.121	-	-	51.049
Passivos com partes relacionadas	59	-	-	-	59
Outros passivos	65.551	1.030	3.713	-	70.294
	<u>382.031</u>	<u>35.613</u>	<u>74.439</u>	<u>282</u>	<u>492.365</u>

	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2016					
Empréstimos e financiamentos	49.624	148.806	112.712	22.744	333.886
Fornecedores	33.172	2.691	2.823	-	38.686
Passivos com partes relacionadas	2.380	-	-	-	2.380
Outros passivos	39.770	1.261	4.820	185	46.036
	<u>124.946</u>	<u>152.758</u>	<u>120.355</u>	<u>22.929</u>	<u>420.988</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2017	2016
Total dos empréstimos (Nota 13)	370.963	333.886
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.128)	(459)
Dívida líquida	<u>369.835</u>	<u>333.427</u>
Total do patrimônio líquido	<u>(257.324)</u>	<u>(185.299)</u>
Total do capital	<u>112.511</u>	<u>148.128</u>
Índice de alavancagem financeira - %	329	225

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Companhia não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)				
Capital de giro – moeda nacional	266.529	268.684	232.637	228.329
“Leasing”	-	-	22	22
Finame	104.434	104.434	101.227	101.227
	370.963	373.118	333.886	329.578

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

(a) Empréstimos e recebíveis

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	1.128	459
Contas a receber de clientes	25.844	25.545
Contas a receber da venda de imóveis	3.857	3.834
Depósitos judiciais	4.349	4.160
Outros ativos	<u>7.075</u>	<u>4.735</u>
	<u>42.253</u>	<u>38.733</u>

(b) Outros passivos financeiros

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	51.049	38.686
Empréstimos	370.963	333.886
Partes relacionadas	59	2.380
Outros passivos	<u>70.294</u>	<u>46.036</u>
	<u>492.365</u>	<u>420.988</u>

Controladora

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como "Outros passivos financeiros".

6 Contas a receber de clientes

	<u>2017</u>	<u>Consolidado</u> <u>2016</u>
Terceiros no País	13.436	24.405
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	4.872	5.375
Contas a receber de ferramental no País	17.943	6.782
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	<u>(10.407)</u>	<u>(11.017)</u>
	<u>25.844</u>	<u>25.545</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	(11.017)	(3.473)
(Aumento) diminuição da provisão	<u>610</u>	<u>(7.544)</u>
Saldo final	<u>(10.407)</u>	<u>(11.017)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
A vencer	18.866	15.920
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	2.194	4.301
De 31 a 60 dias	2.551	615
De 61 a 90 dias	931	4.539
Há mais de 90 dias	<u>11.709</u>	<u>11.187</u>
	<u>17.385</u>	<u>20.642</u>
Total	<u><u>36.251</u></u>	<u><u>36.562</u></u>

A política da Companhia para provisão para créditos duvidosos contempla o saldo vencido há mais de 90 dias.

O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionado em 31 de dezembro de 2017, líquido da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se à venda de ferramental.

7 Estoques

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Produtos acabados	3.159	5.589
Produtos em elaboração	9.810	9.811
Matérias-primas	19.805	15.327
Importação em andamento	2.193	4.074
Materiais de manutenção e auxiliares	2.043	2.026
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	7.370	18.213
Adiantamentos a fornecedores	1.224	4.417
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	<u>(6.778)</u>	<u>(7.363)</u>
	<u><u>38.826</u></u>	<u><u>52.094</u></u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldos iniciais	(7.363)	(6.264)
Reversão da provisão	2.610	3.502
Aumento da provisão	<u>(2.025)</u>	<u>(4.601)</u>
(Aumento) Redução líquida (Nota 20)	<u>585</u>	<u>(1.099)</u>
Saldos finais	<u><u>(6.778)</u></u>	<u><u>(7.363)</u></u>

8 Tributos a recuperar

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	983	1.480
Processo FUNRURAL	2.237	2.237
Outros	<u>386</u>	<u>968</u>
	<u>3.606</u>	<u>4.685</u>
 Circulante	 856	 1.859
Não circulante	<u>2.750</u>	<u>2.826</u>
	<u>3.606</u>	<u>4.685</u>

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (1)	<u>-</u>	<u>3.198</u>
		<u>3.198</u>
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (2)	(808)	(1.132)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (3)	<u>(13.306)</u>	<u>(9.528)</u>
	<u>(14.114)</u>	<u>(10.660)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(14.114)</u>	<u>(7.462)</u>

- (1) A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 53.296 e R\$ 64.298, respectivamente (R\$ 52.177 e R\$ 63.179 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros.

A Plascar Ltda, possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 515.605 e R\$ 510.549, respectivamente (R\$ 599.747 e 595.245 em 31 de dezembro de 2016, respectivamente) sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos na sua totalidade, conforme determina a Instrução CVM 371.

- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).

- (3) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. A partir de setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

b) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2017	2016
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(146.532)	(244.650)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	49.821	83.181
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(56.473)	(90.643)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (nota 22)	81.159	-
	<u>74.507</u>	<u>(7.462)</u>

- (1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

c) Movimentação do ativo e passivo fiscal diferidos

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>3.198</u>	<u>(10.660)</u>	<u>(7.462)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	-	324	324
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa contribuição social – reversão	(3.198)		(3.198)
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação		(3.778)	(3.778)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>-</u>	<u>(14.114)</u>	<u>(14.114)</u>

10 Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	2017	2016
Remuneração fixa anual (1)	(7.623)	(7.641)
Remuneração variável (2)	<u>(1.677)</u>	<u>(1.663)</u>
Honorários da administração (Nota 20)	<u>(9.300)</u>	<u>(9.304)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros).

(2) Refere-se à participação nos resultados e bônus.

b) Empresas ligadas

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos a seguir:

As transações mercantis realizadas entre a Companhia e suas controladas referem-se à compra e venda de insumos e peças, para complemento dos produtos vendidos a montadoras por partes relacionadas da Companhia. Tais operações mercantis ocorrem mediante regular tomada de preços, sendo que as cotações, condições e prazos de pagamento são semelhantes aos praticados com terceiros em prazo não superior a 90 dias, sem atribuição de juros ou encargos.

Historicamente, os saldos (contas a receber) de referidas operações mercantis têm sido pontualmente liquidados de acordo com as datas fixadas nas respectivas ordens de compra, mediante fechamento de contratos de câmbio. Consequentemente, não foi contabilizada, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
Permalí do Brasil Ind. e Com. Ltda.		-	59	2.380
Plascar Ltda	8.703	7.581	-	-
	<u>8.703</u>	<u>7.581</u>	<u>59</u>	<u>2.380</u>

As contas a receber referem-se às vendas de produtos, denominados em moedas estrangeiras, sobre as quais não incidem remuneração.

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de o Grupo ser detentor direto de 99,89% do capital social da Plascar Ltda. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuária, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda, com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permalí do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuária) está sujeito à incidência de juros mensais de 1,0% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

11 Provisão para perda com investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Em 31 de dezembro	(177.534)	73.118
Participação nos prejuízos de controladas	<u>(70.827)</u>	<u>(250.652)</u>
Em 31 de dezembro de 2017 (Passivo a descoberto)	<u>(248.361)</u>	<u>(177.534)</u>

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capital social	389.082	389.082
Quotas totais	389.082.159	389.082.159
Quotas possuídas	388.654.169	388.654.169
Participação	99,89%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada (Passivo a descoberto)	(248.634)	(177.729)
Participação na Plascar S.A.	(248.361)	(177.534)
Prejuízo líquido do exercício	<u>(70.906)</u>	<u>(250.928)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(70.827)</u>	<u>(250.652)</u>

12 Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
		Custo	Depreciação	<u>2017</u> Líquido	<u>2016</u> Líquido
Edificações	2 a 4	9.352	(1.173)	8.179	7.705
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	834.108	(458.725)	375.383	408.628
Moldes	6 a 9	49.355	(45.450)	3.905	7.125
Móveis e utensílios	6 a 10	13.274	(10.892)	2.382	2.903
Veículos	18,57 a 20	4.475	(3.673)	802	998
Equipamentos de computação	15 a 16,81	5.984	(5.533)	451	399
Peças e materiais de reposição		4.191	-	4.191	3.968
Adiantamentos a fornecedores		44.397	-	44.397	45.048
		<u>965.136</u>	<u>(525.446)</u>	<u>439.690</u>	<u>476.774</u>

(1) Taxa média ponderada de 5,82%.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se, substancialmente à aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação das unidades fabris da Companhia. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2017, R\$ 36.340 (2016 – R\$ 35.453) refere-se à compra de equipamentos, ainda em construção, financiadas pelo programa FINAME (vide Nota 13).

O montante de R\$ 41.748 (2016 - R\$ 41.416) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 264 (2016 - R\$ 399) em "Despesas com vendas" e R\$ 373 (2016 - R\$ 389) em "Despesas administrativas".

b) Movimentação do custo

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.630	753	-	(31)	9.352
Máquinas e equipamentos	829.835	4.730	(420)	(37)	834.108
Moldes	49.350	4	(1)	2	49.355
Móveis e utensílios	13.259	35	(32)	12	13.274
Veículos	4.604	113	(242)	-	4.475
Equipamentos de computação	6.263	215	(549)	55	5.984
Peças e materiais de reposição	3.968	224	-	(1)	4.191
Adiantamentos a fornecedores	45.048	887	(1.538)	-	44.397
	960.957	6.961	(2.782)	-	965.136

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	8.573	57	-		8.630
Máquinas e equipamentos	827.224	3.792	(1.181)		829.835
Moldes	49.015	335	-		49.350
Móveis e utensílios	13.348	1	(90)		13.259
Veículos	4.860	94	(350)		4.604
Equipamentos de computação	6.294	50	(81)		6.263
Peças e materiais de reposição	3.736	232	-		3.968
Adiantamentos a fornecedores	45.715	-	(667)		45.048
	958.765	4.561	(2.369)		960.957

c) Movimentação da depreciação

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Edificações	(925)	(241)	-	(7)	(1.173)
Máquinas e equipamentos	(421.207)	(37.919)	352	49	(458.725)
Moldes	(42.225)	(3.195)	1	(31)	(45.450)
Móveis e utensílios	(10.356)	(568)	28	4	(10.892)
Veículos	(3.606)	(256)	192	(3)	(3.673)
Equipamentos de computação	(5.864)	(206)	549	(12)	(5.533)
	(484.183)	(42.385)	1.122	-	(525.446)

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixa	Transferências	Saldo final
Edificações	(358)	(257)	-	(310)	(925)
Máquinas e equipamentos	(385.998)	(36.349)	913	227	(421.207)
Moldes	(37.718)	(4.507)	-	-	(42.225)
Móveis e utensílios	(9.823)	(620)	87	-	(10.356)
Veículos	(3.523)	(333)	167	83	(3.606)
Equipamentos de computação	(5.807)	(138)	81	-	(5.864)
	(443.227)	(42.204)	1.248	-	(484.183)

d) Arrendamentos mercantis financeiros (*Leasing*)

Em março de 2017, a Plascar Ltda. quitou os contratos de arrendamento mercantil financeiro de máquinas, equipamentos, prédio e veículos em aberto.

e) Teste para verificação de *impairment* de ativo não financeiro.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações contábeis anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim e Varginha.

	Valor contábil dos ativos	2017
		Valor líquido de venda
Jundiaí	201.150	205.565
Betim	141.144	150.950
Varginha	97.396	109.920
Total	439.690	466.435

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo sua mensuração classificado no nível 2 sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

13 Empréstimos e financiamentos

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros	2017	2016
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,32% a 0,94% a.m.	266.529	232.637
“Leasing”	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	-	22
FINAME	Juros de 0,21% a.m. a 0,45% a.m.	104.434	101.227
Total		370.963	333.886

A Companhia possui contratos bancários vencidos e, vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito. Diante das negociações em andamento e do claro esforço da Companhia para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte da Companhia, expectativa de que ocorra qualquer execução. Adicionalmente, teve início o processo de renegociação de seu endividamento bancário junto aos principais bancos credores, por intermédio da assinatura de um “Contrato *Standstill*”. Adicionalmente, o Contrato *Standstill* teve o prazo de vigência inicial de 60 dias, tendo sido prorrogado por 30 dias adicionais. Atualmente, as partes envolvidas continuam em processo de renegociação e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não há qualquer risco de não renovação do acordo ou execução da dívida.

A Companhia possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2017, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 71.008 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”).

Dos empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., R\$ 93.161 são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. Do montante total registrado em 31 de dezembro de 2017, R\$ 36.340 refere-se a contratos para aquisição de injetoras, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

14 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2017	2016
Encargos sociais (Nota 22)	18.616	52.681
Indenizações trabalhistas	767	5.537
Provisão férias	12.186	11.466
Plano de participação nos resultados - provisão	2.827	11.173
Outros	227	99
	34.623	80.956
Circulante	27.234	76.932
Não circulante	7.389	4.024

15 Adiantamentos de clientes

	Consolidado	
	2017	2016
Fiat Automóveis	77.897	58.644
MAN	250	10.931
Scania do Brasil	160	6.759
Volkswagem do Brasil	-	3.484
Calsonic Kansei	1.225	3.903
Mercedes Benz	882	624
Outros	1.882	458
	82.296	84.803

O montante de R\$ 77.897 (R\$ 56.933 em 31 de dezembro de 2016) trata-se de contratos de empréstimos celebrados com a Fiat (nota 1).

16 Compromissos e provisão para contingências

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

b) Processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Provisões previdenciárias e trabalhistas	9.636	12.799
	<u>9.636</u>	<u>12.799</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos anos de 2017 e 2016 foi como segue:

	31 de dezembro de 2017		
	Saldo inicial	Adição Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas	12.799	8.205 (11.368)	9.636
	<u>12.799</u>	<u>8.205 (11.368)</u>	<u>9.636</u>
	31 de dezembro de 2016		
	Saldo inicial	Adição Pagamentos	Saldo Final
Trabalhistas	11.132	5.617 (3.950)	12.799
	<u>11.132</u>	<u>5.617 (3.950)</u>	<u>12.799</u>

Trabalhistas

A provisão para ações trabalhistas consiste, principalmente, de reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego e foi constituída considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Tributárias	4.083	6.487
Trabalhistas	57.967	53.838
Cível	47.604	-
	<u>109.654</u>	<u>60.325</u>

Ativos contingentes

Atualmente, a Plaspar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença também foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pela Companhia.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo o valor liberado no montante de R\$ 2.237, valor este questionado pela Companhia no que se refere a sua atualização para posterior emissão de ordem de liquidação e recebimento. Este saldo está contabilizado na rubrica de tributos a recuperar (nota 8).

17 Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

a) Capital social

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital subscrito e integralizado está composto por 4.970.167 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas

- (i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

18 Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Numerador:		
Prejuízo líquido do exercício de operações continuadas	(71.947)	(251.836)
Denominados:		
Média ponderada do número de ações	<u>4.970.167</u>	<u>4.970.167</u>
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$	<u>(14,48)</u>	<u>(50,67)</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

19 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de vendas	505.120	453.344
Impostos incidentes sobre vendas	(106.310)	(97.130)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	<u>(9.635)</u>	<u>(4.829)</u>
	<u>389.175</u>	<u>351.385</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (alíquota de 1%).

20 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2017	2016
Matéria prima, insumos e materiais de uso e consumo	(170.115)	(157.793)
Gastos com pessoal (Nota 23)	(129.171)	(150.892)
Despesas com demissões (Nota 23)	(3.890)	(14.287)
Frete sobre vendas	(7.887)	(8.652)
Depreciação e amortização	(42.385)	(42.204)
Energia elétrica, água e telefone	(21.984)	(24.728)
Serviços de terceiros	(11.761)	(11.843)
Honorários da Administração (Nota 10)	(9.300)	(9.304)
Comissões sobre vendas	(401)	(248)
Aluguéis de imóveis	(21.904)	(21.611)
Provisão para créditos duvidosos	450	(7.544)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	585	(1.099)
Outros	(17.103)	(16.289)
	<u>(434.866)</u>	<u>(466.494)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(367.141)	(386.884)
Despesas com vendas	(16.430)	(26.939)
Despesas administrativas e gerais	(51.295)	(52.671)
	<u>(434.866)</u>	<u>(466.494)</u>

(1) No ano de 2016 a Plaspar desligou aproximadamente 1.000 colaboradores como parte das medidas para redução de custos internos operacionais em função da desaceleração na produção de veículos no período.

21 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros	(77.651)	(81.075)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados *	(25.335)	(45.109)
Variações cambiais passivas	(2.822)	(4.194)
IOF	(867)	(1.423)
Outros	(549)	(1.350)
	<u>(107.224)</u>	<u>(133.151)</u>
Receitas financeiras		
Juros	83	169
Variações monetárias ativas	375	571
Variações cambiais ativas	1.805	1.213
Outros	95	55
	<u>2.358</u>	<u>2.008</u>
Resultado financeiro	<u>(104.866)</u>	<u>(131.143)</u>

*Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

22 Obrigações Fiscais e Encargos Sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 157.670 e R\$ 18.616 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 1.959 referem-se à vencidos e R\$ 166.082 parcelados.

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2017 Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
REFIS (PERT MP 783/17)	71.220	-	-	11.947	59.273
Parcel. Ordinário PIS/COF/IPI	17.823	-	-	3.752	14.071
PIS	425	425	-	-	-
COFINS	1.945	1.945	-	-	-
ICMS (Regularize – MG)	58.370	-	-	6.091	52.279
ICMS	7.400	1.043	-	3.794	2.563
IPI	72	72	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	415	192	-	23	200
	157.670	3.677	-	25.607	128.386
IRRF (Empregados)	2.058	2.058	-	-	-
REFIS INSS (PERT MP 783/17)	5.747	-	-	3.284	2.463
Parcel. Ordinário INSS	3.056	-	-	643	2.413
Desoneração Folha	1.117	1.117	-	-	-
INSS (Empresa)	2.736	777	1.959	-	-
INSS (Empregados)	616	616	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	3.286	-	-	773	2.513
	18.616	4.568	1.959	4.700	7.389
Soma (Empresa)	173.612	5.571	1.959	30.307	135.775
Soma (Empregados)	2.674	2.674	-	-	-
Total	176.286	8.245	1.959	30.307	135.775

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 159.709 e R\$ 52.681 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 151.172 referem-se à vencidos e R\$ 52.984 parcelados.

	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	2016 Parcelados	
				Circulante	Não Circulante
PIS	16.276	229	14.551	1.496	-
COFINS	76.712	1.041	68.137	7.534	-
ICMS	63.802	756	25.124	11.492	26.430
IPI	2.514	291	1.668	555	-
Outros (ISS IPTU)	405	405	-	-	-
	159.709	2.722	109.480	21.077	26.430
IRRF (Empregados)	7.712	1.972	5.740	-	-
Desoneração Folha	16.583	735	15.848	-	-
INSS (Empresa)	12.600	1.542	11.058	-	-
INSS (Empregados)	10.309	1.263	9.046	-	-
INSS parcelado (Empresa)	3.012	-	-	799	2.213
INSS parcelado (Empregados)	2.465	-	-	654	1.811
	52.681	5.512	41.692	1.453	4.024
Soma (Empresa)	191.904	4.999	136.386	21.876	28.643
Soma (Empregados)	20.486	3.235	14.786	654	1.811
Total	212.390	8.234	151.172	22.530	30.454

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

A Plaspar Ltda aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foram parcelados em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses correspondem a 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas. O índice de correção das parcelas é a Selic.

Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação:

	Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional	Receita Federal do Brasil Tributário	Receita Federal do Brasil Não Tributário	Total
Saldo original (a)	54.607	76.649	27.555	158.811
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (b) (Nota 9.b)	-	(59.874)	(21.285)	(81.159)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2017	(1.109)	(2.923)	(947)	(4.979)
Atualização do parcelamento	1.534	2.336	424	4.294
Total (Nota 22)	55.032	16.188	5.747	76.967

- (a) Total da dívida tributária e não tributária atualizada na data da adesão do PERT, contemplando Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Desoneração da Folha).
- (b) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 81.159.

23 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Salários e encargos sociais	117.211	138.491
Plano de participação nos resultados	7.006	8.167
Benefícios previstos em Lei	8.721	18.494
Benefícios adicionais	123	27
	133.061	165.179

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e suas controladas têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência média, seguro de vida, transporte coletivo e alimentação, reembolso escolar, auxílio creche e reembolso de treinamentos.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

24 Informações complementares dos fluxos de caixa

	Consolidado	
	2017	2016
Pagamentos durante os exercícios		
Juros de empréstimos	9.221	29.765
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao imobilizado com capitalização de juros	-	1.661

A Companhia classifica os juros pagos como fluxo de caixa da atividade de financiamento.

25 Seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com uma das principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros cessantes, era R\$ 517.685 (R\$ 601.715 em 31 de dezembro de 2016), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2016) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.